

TSE julga caso Márcia após eleição

O PMDB entrou ontem com recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral contra a cassação do registro de Márcia Kubitschek, apesar do acórdão do Tribunal Regional Eleitoral que determinou a cassação, sexta-feira passada, ainda não ter sido publicado no Diário da Justiça. Pela lei, os recursos só podem ser feitos até três dias após sua publicação no Diário da Justiça — o que deve acontecer até sexta-feira, véspera das eleições.

A partir da publicação, o PMDB irá recorrer também contra o acórdão do TRE que confirmou a sentença do juiz da 1ª Zona Eleitoral, Simão Guimarães de Souza, apontando irregularidades na transferência de domicílio eleitoral de Márcia (quinta-feira passada) — o que determinou a exclusão do título de eleitor da filha de JK. Fernando Neves Silva, advogado do partido, diz que o argumento a ser usado para os recursos será o mesmo que garantiu a concessão do mandado de segurança — acatado pelo juiz Roberto Rosas, do TSE — também na sexta-feira: o voto vencido.

Isso quer dizer que, juridicamente, este não é o momento para que seja examinado o domicílio eleitoral de Márcia Kubitschek. Segundo Fernando Silva, a candidata do PMDB encaminhou seu domicílio eleitoral junto ao TRE no momento do registro, e ele foi aceito. Esse domicílio só poderá ser questionado agora na diplomação — quando a candidata, caso eleita, for receber seu diploma de deputada federal em fevereiro de 87.

Se houver questionamento ou perda da causa, após isto, os votos de Márcia não serão anulados, mas contarão para o partido. No entender de Fernando, o registro de Márcia está intocável, e seu domicílio só poderá ser questionado após as eleições. O advogado do PMDB está confiante de que a decisão do TSE será favorável à candidata.

Além dos dois recursos, será julgado, também no TSE, o mandado de segurança que, sexta-feira através de liminar, garantiu a Márcia a manutenção de sua candidatura. Segundo o juiz Roberto Rosas, relator dos três processos no Tribunal Superior Eleitoral, esse julgamento deverá acontecer após as eleições,

já que os recursos só podem entrar efetivamente na segunda-feira, caso sejam publicados no DJ na próxima sexta-feira (atualmente os acórdãos continuam com a relatora, juíza Ana Maria Pimentel, do TRE. Só após a assinatura da presidente do Tribunal, Maria Thereza Braga, eles serão publicados).

O mandado de segurança e os recursos contra a exclusão do título e cassação do registro da candidatura, no entender de Rosas, são interligados e deverão ser julgados juntos. Isso porém não é obrigatório, explica o advogado do PDT e PJ, Pedro Calmon. Segundo ele, como o TRE decidiu que Márcia não tinha domicílio eleitoral, e o registro tinha sido feito com bases que se pressupunham idôneas — mas não eram — a consequência foi a anulação do registro. Como já havia o registro, a defesa de Márcia entendeu que isso era direito adquirido, e o TRE havia cometido abuso de poder. Então, o PMDB deu entrada com o Mandado de Segurança no TSE — que concedeu a liminar.

Assim, o mandado de segurança é um processo autônomo: se não for concedido a Márcia, ela está fora da campanha. Isto porque, suspenso o mandado, fica valendo a sentença inicial do TRE, contra a candidata. E para Calmon, Márcia só pode vencer o mandado e os recursos “se corromper todos os juizes do TSE”. Mas, na hipótese de ela ganhar o mandado de segurança, ainda restarão os recursos. Se ela perder, segundo o artigo 174 parágrafo terceiro do Código Eleitoral, “serão nulos todos os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados” — situação em que ficaria.

Dona Sarah Kubitschek, mãe de Márcia, diz não ter a menor dúvida de que sua filha será eleita e vencerá a batalha judicial. Para ela, todos esses incidentes só vieram para melhorar a cotação eleitoral de Márcia. “O povo está surpreso e revoltado com o que tem acontecido”, diz D. Sarah, e por isso está apoiando Márcia ainda mais. Porém, na hipótese de Márcia vir a ser eleita, isso não vai afetar muito a decisão do TSE, garante o Juiz Roberto Rosas. Segundo ele, a vitória na eleição não vai garantir uma vitória de Márcia no TSE.